

**A DISPUTA POR HEGEMONIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O  
MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM**

Lisia Cariello<sup>1</sup>

**Introdução**

Este trabalho é fruto de reflexões feitas para o trabalho de conclusão de curso da graduação em história elaborado no ano de 2018. Pretendemos analisar a profunda relação entre as políticas públicas para a educação brasileira, mais especificamente a Base Nacional Comum Curricular, e os interesses empresariais. Buscamos compreender essa relação dentro dos marcos do capitalismo atual. Na esteira deste processo, a pesquisa pretende demonstrar como o Todos Pela Educação (TPE) e o Movimento Pela Base Nacional Comum (MPB), enquanto aparelhos privados de hegemonia (APHs) da burguesia estão articulados e influenciaram no processo de construção da BNCC em busca de hegemonia e em busca, também, de educar o consenso.

Assim, procuramos compreender os nexos entre educação, classes sociais e Estado, em seu sentido ampliado, alinhado às bases do pensamento gramsciano. Estado este, portanto, enquanto sociedade política e, destacadamente, sociedade civil, entendendo-os como uma unidade dialética. Metodologicamente, seguimos um dos caminhos implícitos na categoria de Estado Ampliado <sup>2</sup>: analisamos documentos produzidos por esses dois APHs, bem como fizemos um entrecruzamento dos dois grupos de pessoas que compõem ambos APHs procurando intersecções não só quantitativas, mas também, qualitativas.

Procuramos, ainda, entender a relação dos quadros dos APHs com o Estado restrito. Concluímos, pois, que o empresariamento da educação pública brasileira se dá em duas dimensões articuladas: na influência direta dos empresários nas decisões educacionais e na inserção da lógica empresarial na educação, através, primordialmente,

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista Cnpq. E-mail para contato: [lisiacariello@hotmail.com](mailto:lisiacariello@hotmail.com)

<sup>2</sup> Ver MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Revista Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014, p. 27-43.

da Teoria do Capital Humano, da pedagogia das competências e das políticas de avaliação.

O Todos Pela Educação (TPE) é fundado em 2007 e pode ser entendido como resultado da nova relação entre Estado e sociedade inaugurada a partir dos anos 1980 e 1990. Essa reordenação, comumente periodizada com a Reforma do Estado empreendida pelos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2001). De acordo com Tavares,

o período foi marcado por uma profunda alteração na organização interna do Estado, isto é, na reestruturação do aparelho estatal. Além da série de privatizações de empresas estatais, as agências do governo forma alvo da Reforma Administrativa impulsionada a partir do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) encabeçado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-Ministro da Fazenda durante o governo Sarney. (TAVARES, 2018, p.35)

O objetivo do governo FHC era, assim, “modernizar” o Estado brasileiro, tornando-o mais “eficiente”, na esteira do que vinha ocorrendo desde os anos 1980 nos países centrais, como resposta do capital à crise dos anos 1970. À essa nova fase, inaugurada pós década de 1970, o capital procurou se readaptar, primordialmente, sob o tripé da reestruturação produtiva, da financeirização e do neoliberalismo para reverter a queda da taxa de lucro e criar novas condições de exploração do trabalho<sup>3</sup>.

Podemos entender a Reforma do Estado como expressão da consolidação do neoliberalismo no Brasil, tendo em vista as tentativas de implementação desde o governo Collor. Nesse sentido, “a reforma gerencial tinha como objetivo a reestruturação do aparelho de Estado visando a privatização de uma série de serviços públicos que passariam a ser vistos como ‘não-estatais’.” (TAVARES, 2018, p.40). Dentre esses serviços, podemos destacar saúde e educação, sendo o último, mais notadamente, objeto de interesse deste trabalho. As mudanças engendradas na Reforma Estatal possibilitaram, dentre outros elementos, as assim chamadas parcerias público-privadas, que podem ser entendidas pela lente do aporte teórico gramsciano a

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre reestruturação produtiva e financeirização da economia, ver NETTO; BRAZ (2012).

partir da proliferação dos aparelhos privados de hegemonia que, além de disputar o consenso na sociedade, também disputa espaços produtores de mais-valor em potencial.

Antonio Gramsci, teórico italiano, tentando explicar as transformações no Estado capitalista em fins do século XIX e início do século XX, concebeu o conceito de “Estado integral”. Para ele, o Estado (em seu sentido restrito, ou seja, a sociedade política) só pode ser compreendido em sua relação dialética e conflituosa com a sociedade civil (lugar privilegiado dos aparelhos privados de hegemonia) e isto é a marca da complexificação das sociedades.

Para entender, pois, o Estado ampliado, outras categorias se fazem necessárias, como: consenso, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia (APHs) e intelectuais orgânicos. O consenso é construído a partir dos sujeitos coletivos organizados na sociedade civil, junto aos aparelhos privados de hegemonia e também através da ação do próprio Estado enquanto sociedade política, que igualmente promove e generaliza a visão de mundo da fração de classe hegemônica.

Hegemonia, de acordo com o pensamento gramsciano, é a supremacia de uma classe social, tanto no domínio, quanto na direção intelectual e moral. Entretanto, é importante dizer que não há hegemonia total, ou seja, o projeto político hegemônico é atravessado por resistências e por projetos antagônicos. Para articular esse pensamento de classe que se pretende hegemônico, são necessários os aparelhos privados de hegemonia.

Nesse sentido, entenderemos o Todos Pela Educação como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) da burguesia e o Movimento Pela Base como uma frente de atuação deste aparelho, ao mesmo tempo que também pode ser considerado um APH burguês. Formulando estes projetos está o que Gramsci chama de intelectuais orgânicos, ou seja, funcionários gestados pela própria classe em desenvolvimento que desenvolvem funções de direção e organização da hegemonia social de um grupo. Aqui, nos deteremos aos intelectuais orgânicos da burguesia, mais especificamente os que estão ligados ao Todos Pela Educação e, simultaneamente, aos Movimento Pela Base Nacional Comum.

### **O Todos Pela Educação como expressão da ampliação do Estado**

O Todos Pela Educação ouviu mais de 70 pessoas, dentre as quais José Roberto Marinho (Organizações Globo), Denise Aguilar Valente (Grupo Bradesco) e Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna), entre 2005 e 2006 para formular seu projeto. Da síntese dessas entrevistas nasceu o documento “10 causas e 26 compromissos”, que é considerado pelo TPE como a base da formação de uma aliança em prol de uma educação básica de qualidade e também um manifesto público do movimento. É importante dizer que esses objetivos têm data definida a serem alcançados: 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil.

Entendendo que o Brasil já havia avançado na universalização do Ensino Fundamental, o TPE percebeu a necessidade de universalizar a educação infantil e o ensino médio. Mais ainda, percebeu que era urgente a questão da qualidade da educação. Nesse sentido, o Todos Pela Educação se orienta pelo o Banco Mundial (BM), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e, especialmente, pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para determinar seus parâmetros de qualidade educacional. Assim, a qualidade é determinada, para o TPE, por uma avaliação externa que tem por objetivo mensurar estatisticamente os níveis de aprendizado dos alunos. Como cita Martins, o TPE considera que “sem um instrumento objetivo de mensuração dos resultados, não é possível saber se o ensino está melhorando de verdade ou não” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006b, pp. 23-24 *apud* MARTINS, 2013, p. 64). A qualidade educacional é reduzida, portanto, à eficácia escolar, aos resultados de desempenho, tanto que são divulgados rankings dos níveis educacionais, por instituição ou por delimitação geográfica (cidades, estados, países).

Assim, o TPE se colocou como um articulador dos diferentes empresários “responsáveis” socialmente, do governo, dos investidores privados e da sociedade civil (no sentido do TPE) em torno de objetivos comuns. Posteriormente, buscou incorporar pessoas ligadas à alta burocracia estatal. Sempre tendo como base a pedagogia para resultados, que visa os aspectos quantitativos medidos por organismos internacionais, o que afeta o processo educacional em muitas esferas, das quais ressaltamos o cotidiano

do professor; a gestão escolar; e o currículo. Essa ênfase no aspecto quantitativo da educação é calcada, dentre outros fatores, na Teoria do Capital Humano.

Schultz, expoente dessa teoria, entende que “o componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta futuras rendas e, desse modo, assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção” (SCHULTZ *apud* FRIGOTTO, 2010, p.50). A educação é, pois, vista como um eficiente instrumento de distribuição de renda e de equalização social, tanto no macro quanto no micro. Entretanto, o que a TCH faz é transformar os fatores que são determinantes, como acesso à escola, permanência nela e desempenho, como fatores determinados pela escolarização do indivíduo.

Essa quantificação educacional visa, primordialmente, a competitividade internacional para investimentos estrangeiros, que também leva em consideração outros fatores, como por exemplo, melhorias na infraestrutura. Por isso, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) investiram tanto nos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs). Entretanto, a educação ocupa lugar estratégico nessa disputa, porque, além de ser ponto focal de “olhos” internacionais para investimento, é, também, espaço de disputa de projetos de sociedade que buscam se tornar hegemônicos, no sentido atribuído por Gramsci. Ou seja, que pretendem se tornar dominantes na direção intelectual e moral da sociedade.

Como aponta Dias Sobrinho:

Com o advento da supremacia do neoliberalismo e as consequentes políticas de diminuição da presença do Estado nos financiamentos públicos, os exames gerais ganharam importância como instrumento de controle e de reforma. Sua dimensão política de controle passou a prevalecer sobre a pedagógica. Os exames nacionais atendem bem as finalidades de medir a eficiência e a eficácia da educação segundo os critérios e as necessidades dos Estados neoliberais, em suas reformas de modernização, e do mercado em seu apetite por lucros e diplomas (Dias Sobrinho, 2010, p. 202 *apud* JUNIOR; MAUÉS, 2014, p.1144).

Assim, a agenda do Banco Mundial para o Brasil do século XXI entende que o sistema educacional deve: desenvolver habilidades, tornando as competências como um hábito que, além do diploma, inclui o reconhecimento social da profissão e as relações de trabalho, com ênfase nos saberes praticados na realização deste processo; reduzir a

pobreza; e transformar os gastos em educação em resultados passíveis de serem medidos.

O Todos Pela Educação primeiro foi um pacto entre empresários “preocupados” com os rumos da educação básica brasileira. Depois, se tornou um compromisso do governo, principalmente a partir da aproximação do TPE com os governantes, como o então ministro da Educação, Fernando Haddad, ou, ainda, com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) (op. cit.).

Em 2007, o ex-presidente do Consed, Mozart Neves Ramos, assumiu a direção executiva do movimento. Foi também nesse momento que o governo federal apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e lançou para sua consolidação o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, através do Decreto 6.094/07(...), explicitando o alinhamento existente entre a organização TPE e o Poder Executivo. A partir daí o grupo passou a denominar-se Movimento Todos Pela Educação. (MARTINS, 2016, p.43)

O Movimento Todos Pela Educação se autodefine como um projeto de nação, entendendo que é necessário um “novo” projeto educacional, que se justifique na crise de qualidade, de responsabilidade e de gerenciamento da educação básica pública. A crise de qualidade da educação pública seria resultado da incapacidade gerencial do Estado em administrá-la e da falta de responsabilização da sociedade em pressionar/fiscalizar os governos. Portanto, essas crises estão interligadas e para solucioná-las seria necessário compartilhar a tarefa educacional com outros segmentos da sociedade. O que está por trás dessa ideia é, além da “educação do consenso”, a possibilidade desses grupos de conseguirem lucrar com isso e, mais ainda, levar à privatização da educação. Um bom exemplo disso quem nos dá Freitas, quando debate a gestão por concessão:

Agora, abre-se a possibilidade do público administrado privadamente. O advento da privatização da gestão introduziu na educação a possibilidade de que uma escola continue sendo pública e tenha sua gestão privada (público não estatal) (Pedroso, 2008). Continua gratuita para os alunos, mas o Estado transfere para a iniciativa privada um pagamento pela sua gestão. (FREITAS, 2012. p.386)

Para alcançar as metas, em 2010 o movimento lançou seu programa de atuação sistematizado nas 5 bandeiras principais, que são: 1. currículo, argumentando que o país precisa ter um currículo nacional, com as expectativas de aprendizagem dos alunos por

série/ciclo; 2. valorização dos professores, com ênfase na formação e na atratividade da carreira; 3. fortalecimento do papel das avaliações, ou seja, as provas aplicadas para medir a qualidade da educação devem ser os parâmetros de orientação das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas; 4. responsabilização dos gestores, que devem ser apoiados, mas também responsabilizados pelo desempenho do aluno; 5. melhora das condições para a aprendizagem, visando a ampliação do turno de ensino, com a utilização do contraturno para reforço escolar e recuperação (Todos Pela Educação, 2010. Grifos meus).

A “cultura de metas”, como chama Martins (2016) que o movimento tenta implementar no Brasil tem como referência os parâmetros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma entidade internacional composta por 37 países que se baseia na democracia representativa e na economia de mercado. A sua principal missão, de acordo com Rodrigues, é desenvolver, através de políticas, o bem estar econômico e social das pessoas ao redor do mundo (2015, p.5). Nesse sentido, a educação têm se tornado uma preocupação crescente e, por isso, há hoje uma diretoria voltada à educação e às habilidades, que busca quantificar esses dados e fazer uma comparação internacional.

De tal modo, o Todos Pela Educação traçou 5 metas: 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; 4. Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos; 5. Investimento em educação ampliado e bem gerido (Todos Pela Educação, 2007; 2008). Vale dizer, todas essas cinco metas têm objetivos quantitativos bem definidos pelo TPE.

A meta 3 para o TPE é a “mais desafiadora”, pois constitui-se como “núcleo” das 5 metas e ‘estabelece objetivamente o que seria uma Educação de boa qualidade’ (Todos Pela Educação, 2008, p.29). Isso porque “é preciso aprender na escola o conteúdo adequado a cada série escolar para obter melhor qualificação e, assim, formar jovens que possam exercer sua cidadania, melhorar futuramente suas chances no mercado de trabalho e sua qualidade de vida”. (Todos Pela Educação, 2008, p.21). (MARTINS, 2016, p.79)

**TPE e a “meta 3”: currículo e Movimento Pela Base Nacional Comum**

No bojo da meta 3 e da bandeira 1 (currículo nacional) está o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular e a atuação do Movimento Pela Base (MPB), que pode ser considerado um braço do Todos Pela Educação pela importância do currículo na construção desse projeto educacional capitaneado por esse grupo, além das grandes figuras que compõem ambos os movimentos.

Além disso, o documento produzido pelo MPB, que discorre sobre a “Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum”, traz logo nas primeiras linhas a seguinte afirmação

O direito constitucional à educação é concretizado, primeiramente, com uma trajetória regular do estudante, isto é, acesso das crianças e jovens a uma escola de educação básica na idade legal, depois sua permanência nessa escola, seguida da conclusão das diferentes etapas em que o ensino é organizado, também nas idades esperadas. Concomitantemente os estudantes devem ainda adquirir os aprendizados de que necessitam para uma vida plena, o que inclui seu desenvolvimento socioemocional e a efetiva inserção na sociedade do conhecimento. As condições que deve ter uma escola para que possa desempenhar seu papel na garantia do direito à educação de seus estudantes são de três naturezas: infraestrutura, pessoal e pedagógica. O sistema de ensino básico brasileiro tem grandes dificuldades nessas dimensões e, portanto, a solução dos graves problemas educacionais nacionais exige ações concomitantes nas três dimensões referidas, ainda que com ritmos e ênfases apropriados à história e especificidade de cada sistema de ensino. (Movimento Pela Base, s/a, p. 1)

Essas ideias estão em consonância com os pressupostos do Todos Pela Educação que versam sobre as crises da educação pública brasileira; de qualidade, de responsabilidade e de gerenciamento.

Além disso, ao fazer o cruzamento entre os membros do Todos Pela Educação e do Movimento Pela Base, podemos perceber vinte e cinco intelectuais orgânicos da burguesia em comum, como <sup>4</sup>: Angela Dannemman, CEO da Fundação Itaú Social ; Anna Helena Altenfelder, presidente do conselho administrativo do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); Anna Penido, diretora executiva do Instituto Inspirare; Beatriz Cardoso, diretora executiva do Laboratório de Educação; Carmem Neves, fez parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) como coordenadora-geral (2009-2011) e como diretora

---

<sup>4</sup> Escolhemos destacar algumas trajetórias através de notas bibliográficas para que o leitor compreenda melhor quem são alguns destes intelectuais orgânicos da burguesia, qual a sua importância no cenário da educação nacional, etc.

(2011-2015), também foi da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica; Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE/FGV), ex-diretora de educação do Banco Mundial<sup>5</sup>; Cleuza Repulho, ex-presidente da Undime; David Saad, diretor-presidente do Instituto Natura; Denis Mizne, CEO da Fundação Lemann; Eduardo de Campos Queiroz, ex diretor-presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Secretário de Educação do Estado de São Paulo (2009-2011), Secretário Nacional de Articulação e Parcerias do Ministério da Cidadania (janeiro a julho de 2019); Francisco Aparecido Cordão, ex-membro do CNE; Guiomar Namó de Mello, é membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e consultora do MEC para a elaboração da BNCC e para a formulação da Política Nacional de Formação Docente <sup>6</sup>; Luís Carlos de Menezes, professor Sênior do Instituto de Física da USP, ex-membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e do Conselho Técnico Científico da Capes/MEC para Educação Básica, integrou o grupo de especialistas do MEC para a elaboração da versão preliminar da Base; Maria do Pilar Lacerda, diretora da Fundação SM; Maria Helena Guimarães de Castro, ex-secretária executiva do MEC <sup>7</sup>; Maria Inês Fini, ex-presidente do INEP; Priscila Cruz, presidente

---

<sup>5</sup> Cláudia Costin é graduada em Administração Pública, mestre em Economia e doutora em Administração Pública – todos cursados na Fundação Getúlio Vargas. Entre outras coisas, foi gerente do Banco Mundial para a América Latina na área de setor público e combate à pobreza; foi secretária de cultura do Estado de São Paulo; foi diretora-geral da Promon Intelligens, empresa de e-learning do Grupo Promon, voltada a soluções de educação corporativa e gestão do conhecimento, que possui parceria com a Saba, empresa americana que oferece infraestrutura para o ensino à distância. Atuou em consultoria para os governos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, em administração pública e gestão de estatais, além de atuação acadêmica em institutos como a Fundação Getúlio Vargas (RJ). Atuou como vice-presidente da Fundação Vitor Civita, ligada ao Grupo Abril, das Revistas Veja e Nova Escola. Escreve para o Instituto Millenium. (EVANGELISTA; LEHER, 2012 *apud* MARTINS, 2016, p. 29).

<sup>6</sup> Guiomar Namó de Mello foi professora no Departamento de Educação da PUC-SP entre 1967 e 1985. De 1982 até 1985 foi Secretária da Educação da cidade de São Paulo. Em 1986 foi eleita Deputada Estadual e, no Legislativo paulista, foi Presidente da Comissão de Educação coordenando a elaboração dos capítulos das áreas de políticas sociais e educação para a Constituição do Estado de São Paulo. Nesse mesmo período assessorou o Senador Mario Covas na liderança da Constituinte, nos assuntos relacionados com a educação na nova Constituição Federal. Disponível em < <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoag/guiomar-namo-de-mello> > Acesso em 28/06/2019.

<sup>7</sup> Maria Helena Guimarães de Castro é socióloga e professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Durante o governo FHC, foi responsável – com o ex-ministro Paulo Renato Souza – pela implementação das políticas de avaliação no País, como a reorganização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). É um dos nomes mais expressivos do PSDB na educação, foi secretária-executiva no MEC e presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) no governo Fernando Henrique Cardoso e secretária estadual da pasta no governo de José Serra. Disponível em < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.maria-helena-guimaraes-deixa-o-ministerio-da-educacao.70002298474> > Acesso em 28/06/2019.

executiva do Todos Pela Educação <sup>8</sup>; Raul Henry, ex-membro do CNE e atual Deputado Federal (MDB/PE); Ricardo Chaves de Rezende Martins, consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Educação; Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco, membro do Conselho de Administração do Todos pela Educação, Anistia Internacional, GIFE, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Sou da Paz e do Instituto Natura.; Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor da Cátedra Instituto Ayrton Senna do Insper <sup>9</sup>; Rodrigo Hübner Mendes, superintendente do Instituto Rodrigo Mendes; Ruben Klein, consultor da Fundação Cesgranrio; Tereza Perez, diretora da Comunidade Educativa Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac); Thiago Peixoto, ex-Deputado Federal (PSD/GO). <sup>10</sup>

O debate sobre uma Base Nacional Comum Curricular está previsto desde a Constituição de 1988, que em seu artigo 210 prevê a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.9394/96 também determina a adoção de uma base em seu artigo 26. E as Diretrizes Curriculares Nacionais, que deram origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam a necessidade desse currículo-base no artigo 14. Em 2014, a discussão acerca da BNCC ganha mais força devido à Lei n.13.005/14 que dispôs sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE).

---

<sup>8</sup> Priscila Cruz é fundadora e presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação. Graduada em Administração (FGV) e Direito (USP), mestre em Administração Pública (Harvard Kennedy School), foi coordenadora do ano do voluntariado no Brasil e do Instituto Faça Parte, que ajudou a fundar. É também colunista de educação do *site uol* Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/> > Acesso em 28/06/2019.

<sup>9</sup> Ricardo Paes de Barros é economista-chefe do Instituto Ayrton Senna desde 2015, professor titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Insper e coordenador do Núcleo Ciência para Educação do Centro de Políticas Públicas – CPP. É graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), com mestrado em estatística pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e doutorado em Economia pela Universidade de Chicago. Possui pós-doutorado pelo Centro de Pesquisa em Economia da Universidade de Chicago e pelo Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale. Integrou o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) por mais de 30 anos, onde realizou inúmeras pesquisas focadas em questões relacionadas aos temas de desigualdade e pobreza, mercado de trabalho e educação no Brasil e na América Latina. Entre 1990 e 1996, Ricardo foi professor visitante da Universidade de Yale e, entre 1999 e 2002, diretor do Conselho de Estudos Sociais do IPEA. Entre 2011 e 2015, foi subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Disponível em < <https://www.insper.edu.br/professores/pesquisadores/ricardo-paes-de-barros/> > Acesso em 28/06/2019.

<sup>10</sup> Todos nomes dos membros do Movimento Pela Base podem ser consultados em <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>> Acesso em 31/05/2019.

De acordo com Marsigla et al. (2017), o processo de produção da BNCC envolveu membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, membros do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial (2017, p.108). Dentre estes aparelhos privados de hegemonia, o mais expressivo é o Movimento Pela Base Nacional Comum que se apresenta em seu sítio da seguinte maneira

O grupo que compõe o Movimento é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. São organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas. (Movimento Pela Base, s/n. Disponível em <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>> Acesso em 31/05/2018.)

O MPB vem produzindo bastante material sobre a construção e implementação da Base. O grupo tem três principais plataformas de difusão dessa produção: o próprio site, um canal no *YouTube* e uma página no *Facebook*, que traz pequenas entrevistas e análises. A preocupação com a divulgação em redes sociais e interativas como o *YouTube* e o *Facebook*, demonstra uma contribuição para o debate em torno da BNCC, bem como a difusão de suas ideias nas mídias sociais.

Entretanto, a primeira versão da proposta da contra-reforma assinada pelo MEC, pelo CONSED e pela UNDIME traz na sua apresentação feita pelo então ministro da educação, Renato Janine a seguinte afirmação:

Importa salientar que as equipes tiveram plena autonomia e que, por isso mesmo, essa versão não representa a posição do Ministério da Educação, ou do Conselho Nacional de Educação, a quem caberá por lei a tarefa de aprovar sua versão inicial. (MEC, CONSED, UNDIME, 2015, p.2 *apud* ANDRADE, NEVES, PICCINNI, 2017, p.2).

Assim, mesmo sem representar a posição do MEC, primeira versão da BNCC foi para consulta pública online entre 16 de setembro de 2015 e 15 de março de 2016, num cenário de grande instabilidade política. Conforme Andrade, Neves e Piccinini, “a consulta registrou mais de 12 milhões de contribuições, a despeito do meio de consulta ser eletrônico, do texto ser longo, predominantemente esquemático, com terminologia

técnica e detalhamento incomum para uma referência curricular” (2017, p.7).<sup>11</sup> Pode-se dizer, pois, que essa estratégia visava a busca pela legitimação das mudanças propostas para a educação.

Então, em julho 2016 o Ministério da Educação (MEC) organizou um Comitê Gestor para conduzir o processo da segunda versão da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Vale lembrar, neste ponto, que todo esse embate em torno da BNCC foi travado em um momento de instabilidade política no Brasil, que culminou em um Golpe de Estado em agosto de 2016.

Obviamente, esta mudança foi sentida na educação. Logo no final deste ano, em que Temer assumiu o governo, o Presidente enviou às casas legislativas federais a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241 na Câmara e 55 no Senado). A PEC do Teto de Gastos Públicos, que ficou popularmente conhecida como PEC do Fim do Mundo, limita os gastos federais, menos o pagamento de juros sobre a dívida pública, a um teto definido pelo montante gasto do ano anterior reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Outra medida tomada pelo atual presidente da República em relação à educação foi a Medida Provisória 746/2016 dispõe sobre alterações no Ensino Médio, o que demonstra o caráter autoritário do presidente, já que a MP é um dispositivo que adquire força de lei assim que sancionado. A medida provisória (hoje lei n. 13.415/2017) que reforma o ensino médio propõe uma escola de horário integral <sup>12</sup>. À primeira vista, esta ideia parece boa, entretanto, ao contrário, ela é bastante elitista, pois a realidade brasileira nos mostra qual o perfil do estudante que pode ficar em horário integral na

---

<sup>11</sup> Os relatórios analíticos das contribuições, pareceres, pareceres dos leitores críticos e diretrizes da revisão do documento preliminar podem ser acessados pelo link <<http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/relatorios-analiticos>> Acesso em 24/06/2019.

<sup>12</sup> É importante fazer uma diferenciação entre educação integral e educação em horário integral. A primeira categoria vem de uma tradição marxista que percebe a relação imbricada entre trabalho e educação. Na esteira desse raciocínio, o ser humano é diferenciado dos animais por conseguir agir conscientemente sobre a natureza e, nesse processo (denominado trabalho), modificá-la ao mesmo tempo em que se modifica. Nesse sentido, ao trabalhar, o ser humano se educa. Assim, a educação integrada enxerga o ser humano como um todo, não apenas como um fator de produção, tal qual a Teoria do Capital Humano. Nesse sentido, propõe-se não só uma educação para o trabalho (no sentido da produção de bens e de serviços), mas uma educação pelo trabalho, em sentido humanizador, de desenvolvimento omnilateral, de todo o potencial do ser humano. A categoria “escola em tempo integral” no sentido de aumento do tempo do aluno na escola, não significa que a educação será integral.

escola: com certeza, não aqueles advindos de frações subalternas da classe trabalhadora, que muitas vezes têm de estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

No meio de toda esta ebulição política, a segunda versão da BNCC é gestada, assinada pelo MEC, pelo Consed e pela Undime, e se apresenta como

fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira em geral, apresenta os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização. (MEC. CONSED. UNDIME, 2016, p.24)

O documento passou por cinco audiências públicas em todas as regiões do país entre julho e setembro de 2017 para que a população se colocasse. As audiências podem ser consideradas uma arena da luta de classes, já que nelas estavam presentes intelectuais orgânicos da burguesia, representantes do Movimento Pela Base, por exemplo, e também professores, movimentos sociais, ou seja, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Assim, esses debates originaram muitas e diferentes contribuições.<sup>13</sup> A BNCC foi homologada, em sua terceira versão, em dezembro de 2017. Vale dizer, entretanto, que o Ensino Médio foi suprimido da última versão da Base. Um processo diferenciado foi adotado para a elaboração da BNCC desta etapa da educação básica, que só foi homologada um ano depois, ou seja, em dezembro de 2018.

O que é intrigante é notar as diferenças entre as três versões da Base Nacional Comum Curricular (excluída a BNCC do Ensino Médio desta análise). A primeira diferença se dá em quem assina a terceira versão: enquanto a primeira versão do documento divulgado para consulta pública e a segunda versão revista foram assinados pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a terceira versão traz como “apoio” o Movimento Pela Base. Já a segunda diferença gira em torno da organização dos conteúdos curriculares, visto que a terceira versão se diferencia das duas primeiras por ter como base as competências e habilidades. Esses dois aspectos estão intimamente ligados, visto que é por eles que percebemos a influência do MPB, inserindo a lógica do capital humano no currículo-base. Nesse

---

<sup>13</sup> Todas as audiências públicas estão disponíveis na íntegra no canal do MEC no Youtube <<https://www.youtube.com/user/ministeriodaeducacao/featured>> Acesso em 24/06/2019.

sentido, a BNCC se alinha ao pensamento de Schultz que enxerga a educação como mais um fator de produção, assim, a educação básica passa a ser vista, pela sociedade política, pelo canal da política pública, em função da troca, em função dos interesses do mercado.

O MPB produziu dois importantes materiais de análise da segunda versão. Um vídeo com contribuições de membros do Movimento, que discorreram primordialmente sobre os pontos de atenção para a melhoria das próximas versões, nos termos apresentados por eles: foco no essencial, progressão, altas expectativas, desenvolvimento integral, educação infantil e transição entre etapas. O que chama mais atenção é o clamor por objetividade nos conteúdos. Nesse sentido, a organização por competências e habilidades contribui para a clareza dos objetivos.<sup>14</sup> O segundo documento produzido foi também uma análise crítica da segunda versão da BNCC, mas esta em sua versão escrita, dando enfoques mais específicos.

### **Considerações finais**

O que buscamos fazer nestas páginas foi entender como a burguesia se organiza para fazer com que os interesses de sua classe se tornem interesses de toda a sociedade. Nesse sentido, pretendem transformar uma visão carregada de interesses em políticas públicas, que sirvam a toda a população em interesses empresariais e privados é um dos caminhos.

Nesse sentido, o currículo que vai dar base para toda a educação básica brasileira se torna um terreno estratégico para a hegemonia burguesa ao mesmo tempo em que é um campo da luta de classes. Assim, é importante dizer que hegemonia nunca ser total, de o projeto político hegemônico ser atravessado por resistências e por projetos antagônicos, como aconteceu no caso da BNCC, quando houve mobilização de professores da educação básica e da educação superior que enviaram contribuições na primeira versão e que estiveram presentes nas audiências públicas entre a segunda e a terceira versões. Entretanto, o que prevaleceu, ao final, foi a posição da fração de classe

---

<sup>14</sup> Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=DWIW2PNi-C4>> Acesso em 31/05/2019.

que, no fundo, elaborou a Base. Em síntese, o que percebemos é que o empresariamento da educação brasileira se dá em duas dimensões: na influência direta dos empresários nas decisões educacionais e na inserção da lógica empresarial na educação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Maria Carolina; NEVES, Rosa Maria; PICCININI, Cláudia. Base Nacional Comum Curricular: disputas ideológicas na educação nacional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017/De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917), 2017, Niterói. *Anais...*

BRASIL. MEC. CONSED. UNDIME. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar, segunda versão revista. MEC/Consed/Undime, abril de 2016, 652p.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v.33, n.119, o.379-404, abr.-jun. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNIOR, William; MAUÉS, Olgaíses. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: < [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade) > Acesso em 25/04/2018.

GRAMSCI, Antonio. v.2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

\_\_\_\_\_. v.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

MARSIGLIA, Ana Carolina et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. Disponível em < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835> > Acesso em 25/04/2018.

MARTINS, Erika Moreira. *Todos Pela Educação?* Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. O capitalismo contemporâneo. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 8ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 223-253.

TAVARES, Anderson. Reforma de Estado no Brasil e a atuação da sociedade civil. *História e luta de classes*, Rio de Janeiro, n.26, p.35-47, setembro de 2018.